
***Goldman Sachs do Brasil
Banco Múltiplo S.A. -
Conglomerado Prudencial***

*Demonstrações financeiras consolidadas do
Conglomerado Prudencial em
31 de dezembro de 2018
e relatório do auditor independente*



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Administradores e Acionistas
Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na Nota 2 - "Apresentação das demonstrações financeiras" e Nota 3 - "Principais práticas contábeis".

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito nas Notas 2 - "Apresentação das demonstrações financeiras" e 3 - "Principais práticas contábeis" às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial". Somos independentes em relação ao Banco e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota 2 - "Apresentação das demonstrações financeiras", que divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir com os requisitos da Resolução nº 4.280, do



Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais para fins gerais

O Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 27 de fevereiro de 2019.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos nas Notas 2 - "Apresentação das demonstrações financeiras" e 3 - "Principais práticas contábeis" às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações financeiras de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

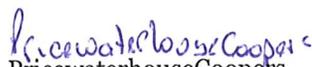


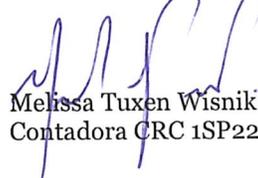
Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2019


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Melissa Tuxen Wisnik
Contadora CRC 1SP221490/O-0



Conglomerado Prudencial Goldman Sachs
CNPJ: 04.332.281/0001-30

Balço Patrimonial Consolidado
Em 31 de Dezembro
Em R\$ mil

Ativo	2018		2017		Passivo e patrimônio líquido	2018		2017	
	Circulante	8.995.293	7.286.926	Circulante		6.887.601	5.281.347		
Disponibilidades	4.122	14.385			Depósitos (nota 14)	499.834	200.160		
					Depósitos a prazo	499.834	200.160		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 7)	3.017.764	2.604.117			Captações no mercado aberto (nota 15)	988.053	1.034.919		
Aplicações no mercado aberto (nota 7 (a))	3.017.764	2.604.117			Carteira própria	382.129	191.050		
					Carteira de terceiros	151.001	-		
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5.252.934	3.939.871			Carteira livre movimentação	454.923	843.869		
Carteira própria (nota 8)	3.274.268	820.610			Recursos de aceites cambiais e similares (nota 16)	95	-		
Vinculados a compromissos de recompra (nota 8)	386.425	193.121			Certificados de Operações Estruturadas	95	-		
Vinculados a prestação de garantias (nota 8)	913.091	1.204.251			Obrigações por empréstimos (nota 17)	3.071.023	1.365.515		
Instrumentos financeiros derivativos (nota 9)	679.150	1.721.890			Empréstimos no exterior	3.071.023	1.365.515		
Operações de crédito (nota 10)	5.392	-			Instrumentos financeiros derivativos (nota 9)	1.443.096	2.020.736		
Empréstimos	5.446	-			Instrumentos financeiros derivativos	1.443.096	2.020.736		
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(54)	-			Outras obrigações	885.500	660.018		
					Sociais e estatutárias (nota 19 (a))	85.000	68.000		
Outros créditos	713.741	727.540			Carteira de câmbio (nota 11)	66.699	284.848		
Carteira de câmbio (nota 11)	67.118	285.176			Fiscais e previdenciárias (nota 19 (b))	83.403	88.897		
Rendas a receber	2.953	6			Negociação e intermediação de valores (nota 18)	490.447	77.053		
Negociação e intermediação de valores (nota 18)	502.216	264.724			Diversas (nota 19 (c))	159.951	141.220		
Diversos (nota 12 (a))	141.454	177.634							
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (nota 12 (b))	-	-			Exigível a longo prazo	4.556.975	2.411.631		
Outros valores e bens	1.340	1.013			Depósitos (nota 14)	82.630	256.474		
Despesas antecipadas	1.340	1.013			Depósitos interfinanceiros	3.467	3.258		
					Depósitos a prazo	79.163	253.216		
Realizável a longo prazo	4.168.823	1.964.163			Instrumentos financeiros derivativos (nota 9)	4.272.788	2.045.818		
					Instrumentos financeiros derivativos	4.272.788	2.045.818		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 7)	78.163	-			Outras obrigações	201.557	109.339		
Aplicações em depósitos interfinanceiros (nota 7 (b))	78.163	-			Fiscais e previdenciárias (nota 19 (b))	184.622	85.979		
					Diversas (nota 19 (c))	16.935	23.360		
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	3.598.191	1.902.917			Patrimônio líquido	1.739.834	1.582.044		
Instrumentos financeiros derivativos (nota 9)	3.598.191	1.902.917			Capital social	1.383.596	1.383.596		
					De domiciliados no exterior (nota 21 (a))	1.383.596	1.383.596		
Operações de crédito (nota 10)	353.430	-			Reservas de capital (nota 21 (b))	35.898	15.684		
Empréstimos	357.000	-			Reservas de lucros (nota 21 (c))	320.340	182.764		
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.570)	-							
Outros créditos	139.039	61.246			Total do Passivo e Patrimônio líquido	13.184.410	9.275.022		
Diversos (nota 12 (a))	139.039	165.940							
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (nota 12 (b))	-	(104.694)							
Permanente	20.294	23.932							
Imobilizado de uso (nota 13)	20.294	23.932							
Outras imobilizações de uso	70.451	73.964							
(-) Depreciações acumuladas	(50.157)	(50.032)							
Total do Ativo	13.184.410	9.275.022							

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

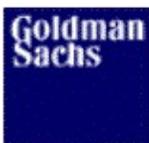
Conglomerado Prudencial Goldman Sachs - Demonstrações Financeiras

Diretora-Presidente: Maria Silva Bastos Marques
Diretoria: Andre dos Santos Mendonça
Antonio R. G. P. da S. Pereira
Daniel Motta Camargo Silva

Gersoní Analla Fernandes Montes Munhoz
Juliano Meira Campos Arruda
Kathia Aparecida Autuori

Ricardo Donisete Stabile
Sílvia Regina C. Valente

Contadora:
Tatiana L. M. Navarro Baldivieso
1SP240271/O-7



Conglomerado Prudencial Goldman Sachs
CNPJ: 04.332.281/0001-30

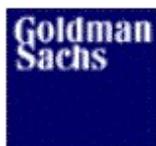
Demonstração Consolidada do Resultado

Em 31 de Dezembro

Em R\$ mil, exceto lucro por ação

	<u>2º Semestre</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas da intermediação financeira	(16.941)	582.084	416.832
Operações de crédito (nota 10)	13.739	19.971	-
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	148.281	297.996	588.587
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (nota 9 (e))	(178.961)	264.117	(171.755)
Despesas da intermediação financeira	142.272	(343.448)	(188.557)
Operações de captação no mercado aberto	(29.803)	(55.753)	(148.289)
Operações de empréstimos e repasses	150.629	(361.138)	(191.405)
Resultado de operação de câmbio	(83.256)	(27.627)	151.137
Reversão/(Provisão) para créditos de liquidação duvidosa (nota 10)	8	(3.624)	-
Reversão/(Provisão) para outros créditos de liquidação duvidosa (nota 10)	104.694	104.694	-
Resultado bruto da intermediação financeira	125.331	238.635	228.275
Outras receitas (despesas) operacionais	12.124	130.300	939
Receitas de prestação de serviços (nota 24 (c))	249.155	592.563	357.982
Despesas de pessoal (nota 24 (d))	(164.696)	(307.890)	(237.311)
Outras despesas administrativas (nota 24 (e))	(56.330)	(108.706)	(92.902)
Despesas tributárias (nota 24 (f))	(23.279)	(59.685)	(39.159)
Outras receitas operacionais (nota 24 (g))	16.180	50.527	29.300
Outras despesas operacionais (nota 24 (h))	(8.903)	(36.508)	(16.971)
Resultado operacional	137.456	368.935	229.213
Resultado não operacional (nota 24 (i))	-	84	664
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	137.456	369.019	229.877
Imposto de renda e contribuição social	(26.761)	(126.376)	38.207
Provisão para imposto de renda (nota 19 (a))	3.423	(56.981)	(11.859)
Provisão para contribuição social (nota 19 (a))	3.890	(43.880)	(7.473)
Ativo fiscal diferido (nota 19 (b))	20.116	25.794	121.601
Passivo fiscal diferido (nota 19 (b))	(54.191)	(51.310)	(64.062)
Participações estatutárias no lucro	(5.067)	(5.067)	(4.186)
Lucro líquido do semestre/exercício	105.628	237.576	263.898
Lucro por ação (em reais)	0,08	0,17	0,19
Juros sobre o capital próprio	(100.000)	(100.000)	(80.000)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

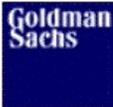


Conglomerado Prudencial Goldman Sachs
CNPJ: 04.332.281/0001-30

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido
Em 31 de Dezembro
Em R\$ mil

	Capital Social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 dezembro de 2016	1.383.596	5.652	-	(1.134)	1.388.114
Reconhecimento do plano baseado em ações (nota 23 (b))	-	10.032	-	-	10.032
Lucro líquido do exercício	-	-	-	263.898	263.898
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,06 por ação) (nota 21 (d))	-	-	-	(80.000)	(80.000)
Destinação do lucro líquido					-
Reserva legal (nota 21 (c))	-	-	13.138	(13.138)	-
Reserva estatutária (nota 21 (c))	-	-	169.626	(169.626)	-
Saldos em 31 dezembro de 2017	1.383.596	15.684	182.764	-	1.582.044
Reconhecimento do plano baseado em ações (nota 23 (b))	-	20.214	-	-	20.214
Lucro líquido do exercício	-	-	-	237.576	237.576
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,07 por ação) (nota 21 (d))	-	-	-	(100.000)	(100.000)
Destinação do lucro líquido					-
Reserva legal (nota 21 (c))	-	-	11.879	(11.879)	-
Reserva estatutária (nota 21 (c))	-	-	125.697	(125.697)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.383.596	35.898	320.340	-	1.739.834
Saldos em 30 de junho de 2018	1.383.596	29.851	189.361	125.351	1.728.159
Reconhecimento do plano baseado em ações (nota 23 (b))	-	6.047	-	-	6.047
Lucro líquido do semestre	-	-	-	105.628	105.628
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,07 por ação) (nota 21 (d))	-	-	-	(100.000)	(100.000)
Destinação do lucro líquido					-
Reserva legal (nota 21 (c))	-	-	5.282	(5.282)	-
Reserva estatutária (nota 21 (c))	-	-	125.697	(125.697)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.383.596	35.898	320.340	-	1.739.834

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.



	<u>2º Semestre</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado do semestre/exercício	23.658	157.966	228.730
Lucro líquido do semestre/exercício	105.628	237.576	263.898
Ajustes ao lucro líquido	(81.970)	(79.610)	(35.168)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(8.958)	(395)	26.456
Reversão de provisões operacionais	(1.082)	(1.082)	(3.378)
Outras receitas/despesas operacionais	(3.468)	(7.347)	(13.451)
Depreciações e amortizações	2.540	5.106	7.396
Provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa	(104.701)	(101.069)	-
Constituição de provisão para litígio trabalhista	5	10	1.037
Participações no lucro	5.067	5.067	4.186
Reversão do (ativo) e passivo fiscal diferido	34.074	25.516	(57.539)
Baixa do ativo imobilizado de uso	-	30	125
Juros não recebidos	(5.446)	(5.446)	-
Variação de ativos e obrigações	(2.246.676)	(1.959.427)	(340.504)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(901.720)	(741.991)	(1.499.620)
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(2.431.354)	(1.359.007)	93.637
Redução/(aumento) em operações de crédito	6.233	(357.000)	-
Redução/(aumento) em outros créditos	102.231	66.494	(219.219)
(Aumento) em outros valores e bens	(438)	(327)	(250)
Aumento em depósitos	200.688	125.832	375.680
Aumento em recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias e hipotecárias, debêntures e similares	95	95	-
Aumento/(redução) em captações no mercado aberto	675.683	(25.071)	679.608
Aumento em outras obrigações	54.310	338.889	203.333
Imposto de renda e contribuição social pagos	(21.591)	(80.963)	(22.743)
Juros recebidos	123.528	169.272	226.953
Juros pagos	(54.342)	(95.649)	(177.884)
Caixa utilizado nas atividades operacionais	(2.223.018)	(1.801.460)	(111.774)
Atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado de uso	(260)	(1.533)	(934)
Baixa de imobilizado de uso	8	65	123
Caixa utilizado nas atividades de investimento	(252)	(1.468)	(811)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação em obrigações por empréstimos	(1.766.666)	1.779.363	(268.492)
Juros sobre o capital próprios pagos	-	(68.000)	(82.000)
Caixa (utilizado)/originado nas atividades de financiamento	(1.766.666)	1.711.363	(350.492)
<u>(Redução)/aumento no caixa e equivalentes de caixa</u>	<u>(3.989.936)</u>	<u>(91.566)</u>	<u>(463.076)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	3.987.192	97.385	586.917
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	8.958	395	(26.456)
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	6.214	6.214	97.385
<u>(Redução)/aumento no caixa e equivalentes de caixa</u>	<u>(3.989.936)</u>	<u>(91.566)</u>	<u>(463.076)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais

1) Contexto Operacional

O Conglomerado Prudencial Goldman Sachs (“Conglomerado Prudencial” ou “Conglomerado”) é composto pelo Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. (“Banco”) e por sua subsidiária integral Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Corretora”).

O Banco, parte integrante do Grupo Goldman Sachs (“Grupo”), iniciou suas atividades operacionais no final de 2006 e vem desenvolvendo plataforma para novos negócios relacionados às atividades financeiras do Grupo no Brasil e no exterior. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas do Grupo, atuando de forma integrada nos mercados financeiros nacional e internacional, sendo os benefícios dos serviços prestados e os custos comuns dessa estrutura apropriados a cada entidade correspondente.

Em 2008 o Banco passou a atuar como Participante de Liquidação Direta (PLD) da B3 – Brasil Bolsa Balcão (“B3”), passando a liquidar e custodiar suas operações de derivativos listados.

Em maio de 2008 o Banco Central do Brasil (“BACEN”) autorizou o Banco a constituir a Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Corretora”), sua subsidiária integral, a qual recebeu em dezembro de 2008 a autorização do Conselho de Administração da B3 para operar como corretora no segmento de ações na categoria pleno. O Banco, como líder, e a Corretora, sua subsidiária integral, formam o Conglomerado Financeiro Goldman Sachs (“Conglomerado”).

Em 26 e 27 de fevereiro de 2019, o Comitê de Auditoria revisou e aprovou as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

2) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas nos termos da Resolução nº 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional, da Circular nº 3.701/14, do BACEN, e regulamentações complementares.

Dessa forma, nos termos do artigo 1º, da Circular 3.701/14, foram utilizados requisitos que possibilitaram a apuração das informações contábeis das entidades integrantes do Conglomerado Prudencial sujeitas à consolidação, como se em conjunto representassem entidade única, baseando-se preponderantemente nas técnicas de consolidação de demonstrações financeiras.

Ainda, conforme disposto no artigo 7º, da Resolução 4.280/13, na elaboração das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial foram aplicadas as definições e os critérios de avaliação e reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas previstos na regulamentação consubstanciada no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Por fim, para fins de consolidação e apresentação das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial, foram observados os procedimentos constantes do COSIF.

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais

3) Principais Práticas Contábeis

(a) Consolidação

Conforme disposto no artigo 1º, da Resolução nº 4.280/13, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial abrangem a consolidação das entidades localizadas no País sobre as quais o líder do conglomerado, qual seja, o Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A., detém controle direto ou indireto.

Nos termos do inciso I, do artigo 3º, da Resolução nº 4.280/13, a existência de controle fica caracterizada por participações em empresas localizadas no País em que o líder do conglomerado detenha, direta ou indiretamente, isoladamente ou em conjunto com outros sócios, direitos de sócio que lhe assegurem preponderância nas deliberações sociais ou poder de eleger ou destituir a maioria dos administradores.

Assim sendo, diante do acima exposto, a Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., enquanto subsidiária integral do Banco, caracteriza-se como entidade integrante do Conglomerado Prudencial.

Os saldos das contas patrimoniais e transações entre as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas advindas de operações entre entidades, são eliminados no processo de consolidação.

(b) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

(c) Saldos de operações em moeda estrangeira

Demonstrados com base na PTAX de fechamento na data do encerramento do exercício. A taxa PTAX corresponde às médias aritméticas das taxas de compra e de venda realizadas diariamente.

(d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão compostos por saldos em conta corrente e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento na data da aquisição é igual ou inferior a 90 dias, de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a risco insignificante de mudança de valor.

(e) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas pelo valor aplicado acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço.

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais

(f) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01, do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: (i) Títulos para negociação: são avaliados pelo valor de mercado, e seus ajustes são contabilizados em contrapartida à conta adequada de receitas e despesas do período; (ii) Títulos disponíveis para venda: contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de “Ajuste ao valor de mercado - TVM”; e (iii) Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do período. Os títulos classificados na categoria “títulos para negociação” são apresentados no ativo circulante, independente do seu vencimento.

(g) Instrumentos financeiros derivativos

Em conformidade com a Circular nº 3.082/02 do BACEN, os instrumentos financeiros derivativos, compostos pelas operações a termo, operações com opções, operações de futuros, operações de *swaps* e outros, estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge*, sendo assim avaliados a valor de mercado, com os ganhos e perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente no resultado.

(h) Operações de crédito

As operações de crédito estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

São classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/99 (nota 10).

(i) Permanente

- **Imobilizado de uso**

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais

benefícios, riscos e controles desses bens. Demonstrado ao custo de aquisição, menos a depreciação acumulada. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando-se as taxas que contemplam a vida útil-econômica do bem.

(j) Redução ao valor recuperável de ativos

O CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos, aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/08, estabelece a necessidade das entidades efetuarem uma análise periódica para verificar o grau de valor recuperável dos ativos imobilizados. Nesse sentido, uma perda é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Não há *impairment* a ser reconhecido sobre ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

(k) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes são demonstrados ao custo de aquisição acrescidos dos rendimentos e das variações monetárias e cambiais incorridas deduzindo-se, quando aplicável, as correspondentes rendas de realizações futuras e/ou as provisões para perdas.

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar e acrescidos dos encargos e variações monetárias (em base "*pro rata*") e cambiais incorridos até a data de encerramento do balanço.

A provisão para imposto de renda federal foi constituída utilizando a alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 240 mil no exercício. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20% do lucro tributável.

A Lei nº 13.169, de 06 de outubro de 2015 (“Lei”), referente à conversão da Medida Provisória nº 675, de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social de 15% para 20%, no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, de capitalização e das instituições financeiras, dentre elas as corretoras de valores mobiliários.

Ativo e passivo fiscais diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL, sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente.

Considerando as perspectivas de realização dos ativos fiscais diferidos, em 31 de dezembro de 2018 o Conglomerado manteve registrado: (i) crédito tributário de IRPJ com a alíquota nominal de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) crédito tributário relativo à CSLL o qual foi calculado mediante a utilização da alíquota aplicável de acordo com a perspectiva da realização dos ajustes temporários. Dessa forma, foi considerada alíquota nominal de 15% de CSLL para ajustes temporários a serem realizados a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme estabelece a Lei nº 13.169/15.

A compensação dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social com resultados positivos em exercícios futuros está limitada a 30% do referido lucro se maior que o total de ativo diferido constituído.

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais

(l) Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para demandas judiciais e administrativas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC. As provisões para passivos contingentes de natureza tributária, trabalhista e cível, quando aplicável, são constituídas e reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito das ações e a opinião de seus consultores jurídicos, bem como, modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar das incertezas inerentes ao seu prazo e valor.

As contingências passivas são reconhecidas contabilmente quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

(m) Plano de incentivo de ações

Os funcionários elegíveis do Conglomerado participam do Plano de Incentivo de Ações da The Goldman Sachs Group, Inc. através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações concedidas multiplicado pelo valor da ação na data da concessão, sendo a despesa auferida refletida no resultado ao longo do período de aquisição de direito (*vesting period*) em contrapartida ao patrimônio líquido, em conformidade ao Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações (nota 23 (b)) e, posteriormente reclassificado para rubrica do passivo, “Outras Obrigações – Diversas”, em função do acordo de repagamento entre o Conglomerado e o controlador, The Goldman Sachs Group, Inc.

4) Gerenciamento de Capital

A política de gerenciamento de capital do Conglomerado foi criada em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17. Tal medida está alinhada com as recomendações do Comitê de Basileia para fortalecer o sistema financeiro, incentivar melhores práticas de gestão e avaliações de risco, assegurar a manutenção de valores apropriados de capital e planejar futuras necessidades de capital.

A adequação de capital é de fundamental importância para o Conglomerado. O objetivo do Conglomerado é ser capitalizado de forma conservadora, com relação aos seus níveis de risco e em comparação com as exigências e padrões de referência externos. Assim sendo, o Conglomerado implementou uma política abrangente de Gerenciamento de Capital (“Política”) que destina-se a definir e manter um valor apropriado de capital.

Os níveis de capital do Conglomerado são determinados, principalmente, pelos requisitos regulatórios, podendo ser também influenciados por outros fatores, tais como, expectativas de novos negócios e condições de mercado.

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais

Os fatores que influenciam na revisão da política de gerenciamento de capital incluem, dentre outros:

- Leis, regulamentos e orientações regulatórias pertinentes;
- As avaliações de risco do Conglomerado, incluindo os riscos de reputação e estratégicos;
- A avaliação da estrutura de capital ideal do Conglomerado;
- Ambientes de mercado e econômico;
- Os negócios conduzidos pelo Conglomerado; e
- Os instrumentos de capital.

(a) Estrutura de capital

Há três principais exigências de capital no Brasil que impactam o Conglomerado:

- **Exigências de Capital - Basileia** – O BACEN supervisiona o sistema bancário brasileiro de acordo com as diretrizes do Comitê de Basileia e outras regulamentações aplicáveis, incluindo o Acordo de Capital da Basileia.
- **Exigências de Capital – Limite de Exposição por Cliente** - O CMN e o BACEN limitam a exposição total às contrapartes em 25% do capital do Conglomerado.
- **Limite de Exposição Cambial** - De acordo com o artigo 1º da Resolução 3.488/07, o limite máximo de exposição cambial foi estabelecido em trinta por cento (30%) do Patrimônio de Referência do Conglomerado Financeiro.

A meta do Conglomerado é manter um nível de capital próprio que exceda os limites mínimos regulatórios nos termos da regulamentação em vigor, bem como um *buffer* que reflita o ambiente do mercado, nossos negócios e futuras alterações regulatórias.

(b) Plano de Contingência de Capital (CCP)

No caso de um possível déficit em relação à meta de capital, o Conglomerado manterá um Plano de Contingência de Capital (“CCP”) que o possibilitará responder rapidamente a um possível déficit no capital em relação à meta de capital. O CCP fornece uma estrutura para analisar e responder a uma deficiência efetiva ou observada, incluindo, entre outros, a identificação de fatores que desencadeiam uma deficiência de capital, bem como de fatores de redução e possíveis ações. O CCP delinea procedimentos de comunicação apropriados a serem seguidos durante um período de crise, incluindo divulgação interna de informações, bem como garantia de comunicação pontual com interessados externos.

Em conformidade com a Circular nº 3.678/13 (Pilar III) e nº 3.716/14, as informações referentes à estrutura de gerenciamento de capital, à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) estão disponíveis para acesso público no site: <http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/gestao-de-risco.html>.

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais

5) Gerenciamento de Risco – Visão geral

O Conglomerado acredita que gerir o risco de maneira eficiente é essencial para o sucesso do seu negócio. Desta forma, conta com abrangentes processos de gestão de risco, através dos quais monitora, avalia e administra os riscos assumidos na realização de suas atividades. Tais processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, jurídico, regulatório e de reputação, incluindo também questões socioambientais. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos/controles e pessoas.

(a) Risco de crédito

Risco de crédito significa a possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência ou de deterioração da qualidade do crédito de terceiros.

Em linha com os princípios da Resolução CMN nº 4.557/17, o Conglomerado possui uma estrutura e um normativo institucional de gerenciamento do risco de crédito, aprovado por seu Comitê de Risco.

A exposição ao risco de crédito do Conglomerado está em sua maior parte relacionada às operações de clientes no mercado de balcão. O risco de crédito também é proveniente de recursos financeiros depositados em outros bancos, operações de financiamento de títulos (tais como operações compromissadas) e recebíveis.

A Gestão de Risco de Crédito tem como objetivo avaliar, monitorar e administrar o risco de crédito ao qual o Conglomerado está exposto, e é independente em relação às unidades de negócios (geradoras de renda), reportando-se ao diretor de risco do Conglomerado.

O Comitê de Política de Crédito e o Comitê Geral de Risco (comitês globais da firma) criam e revisam políticas e parâmetros de crédito ao nível do grupo GS. O Comitê de Risco Goldman Sachs Brasil (GSBRC) revisa as políticas e parâmetros de crédito especificamente para a Goldman Sachs Brasil e garante a conformidade com as exigências regulatórias locais.

As políticas autorizadas por esses comitês estabelecem o nível de aprovação formal necessária para que o Conglomerado assumira uma determinada exposição de risco em relação a um terceiro, levando em consideração quaisquer disposições de compensação, garantias e demais mitigadores de risco de crédito vigentes.

(b) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de perda de valor de uma carteira devido às mudanças nos preços de mercado.

O Conglomerado mantém sua carteira com o principal intuito de formar mercado para clientes e para atividades de investimento e crédito. Deste modo, mudanças na carteira se baseiam no atendimento das solicitações de clientes e em oportunidades de investimento para o Conglomerado. A contabilização da carteira é realizada a valor de mercado e, portanto, com flutuação diária.

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais

As categorias de risco de mercado incluem:

- Risco de taxa de juros: resultante, principalmente, das exposições às mudanças no nível e inclinação das curvas de rendimentos de juros, às volatilidades das taxas de juros e aos *spreads* de crédito.
- Risco de preço das ações: decorrente das exposições às mudanças de preços e volatilidades de cada ação, cestas de ações e índices de ações.
- Risco de taxa de câmbio: resultante das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das taxas de câmbio.
- Risco de preço de *commodities*: decorrente das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das mercadorias “*commodities*”.

A Gestão de Riscos de Mercado, que é independente em relação às unidades que geram receitas, está diretamente subordinada ao diretor de riscos e tem a responsabilidade principal de avaliar, monitorar e gerir riscos de mercado.

Os riscos são monitorados e controlados por meio de uma supervisão rigorosa e também através das funções independentes de controle e de suporte, que se estendem a todos os negócios globais do Conglomerado.

O Conglomerado emprega diversos tipos de métricas de risco para calcular a dimensão das perdas em potencial, tanto para movimentos de mercado suaves como para os mais extremos, dentro de horizontes de curto e longo prazo, como por exemplo:

- As métricas de risco usadas para horizontes de curto prazo incluem VaR (*Value at Risk*) e métricas de sensibilidade.
- Para horizontes de longo prazo, as principais métricas de risco são os testes de estresse.

Os relatórios de risco incluem detalhes sobre os riscos principais, os impulsionadores e as mudanças para cada negócio, sendo distribuídos para a alta administração das áreas de negócios e para as áreas de suporte independentes.

(c) Risco operacional

Risco operacional é o risco de perda causada por pessoas, sistemas ou resultante de processos internos inadequados ou de eventos externos.

De acordo com os requisitos especificados na Resolução CMN nº 4.557/17 e melhores práticas de mercado, o Conglomerado implementou uma estrutura local de gestão do risco operacional em conformidade com as práticas globais do Grupo Goldman Sachs no que diz respeito à gestão e medição de exposição ao risco operacional.

A exposição ao risco operacional deriva de erros de processamento de rotinas, bem como incidentes extraordinários, tais como falhas de sistemas.

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais

Potenciais hipóteses de eventos de perda, relacionadas ao risco operacional interno e externo, incluem:

- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Execução, entrega e gestão de processos;
- Descontinuidade de negócios e falhas de sistema;
- Gerenciamento de recursos humanos e segurança no trabalho;
- Danos em ativos físicos;
- Fraude interna; e
- Fraude externa.

O Conglomerado mantém completa estrutura de controle, projetada para fornecer um ambiente seguro, de forma a minimizar riscos operacionais.

O Comitê Global de Risco Operacional, juntamente com comitês regionais, supervisionam o contínuo desenvolvimento e a implementação das estruturas e políticas de risco operacional do Conglomerado.

O departamento de Gestão de Risco Operacional é independente das unidades geradoras de receita e é responsável pelo desenvolvimento e implementação de políticas, metodologias e controles em uma estrutura formalizada para a gestão de risco operacional do Conglomerado.

(d) Risco de liquidez

A Gestão da Liquidez tem importância crítica em instituições financeiras. Dessa forma, o Conglomerado estabeleceu uma série de políticas de gestão de liquidez que visam manter a flexibilidade para lidar com eventos de liquidez específicos do Goldman Sachs, mas também do mercado financeiro que podem afetar nossas operações. O objetivo principal destas políticas e controles é prover recursos para o Goldman Sachs no Brasil e permitir a manutenção dos negócios e geração de receita até mesmo sob circunstâncias adversas.

O Conglomerado Goldman Sachs observa e atende aos termos e solicitações da Resolução CMN nº 4.557/17.

As informações de maior relevância e os resultados gerados pelos modelos internos de liquidez, incluindo o teste de estresse, são disseminados para grande parte da alta gerência no Brasil e no exterior incluindo o diretor-estatutário responsável pelo risco de liquidez da instituição.

6) Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2018, caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades no montante de R\$ 4.122 (2017 – R\$ 14.385) e por aplicações interfinanceiras de liquidez no mercado aberto no montante de R\$ 2.092 (2017 – R\$ 83.000) (nota 7 (a)).

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais

7) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

(a) Aplicações no mercado aberto

Em 31 de dezembro de 2018, estão constituídas, em sua totalidade, por aplicações em operações compromissadas, no montante de R\$ 3.017.764 (2017 – R\$ 2.604.117) e compostas conforme abaixo demonstrado.

	2018		2017		
	Custo corrigido		Custo corrigido		
	Até 3 meses	Total	Até 3 meses	Acima de 3 meses	Total
Posição bancada:					
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	2.092	2.092	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional – LTN	125.591	125.591	83.000	-	83.000
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	217.067	217.067	179.351	281.655	461.006
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	2.084.300	2.084.300	488.777	726.186	1.214.963
Subtotal	2.429.050	2.429.050	751.128	1.007.841	1.758.969
Posição financiada:					
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	151.726	151.726	-	-	-
Subtotal	151.726	151.726	-	-	-
Posição vendida:					
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	69.718	69.718	19.413	79.572	98.985
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	367.270	367.270	321.898	424.265	746.163
Subtotal	436.988	436.988	341.311	503.837	845.148
Total	3.017.764	3.017.764	1.092.439	1.511.678	2.604.117

(b) Aplicações em depósitos interfinanceiros

Em 31 de dezembro de 2018, estão constituídas por aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros no valor de R\$ 78.163 (2017 – zero), com vencimento até 05 de dezembro de 2024 e taxas correspondentes a 100% do CDI.

8) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está classificada conforme os critérios estabelecidos na Circular nº 3.068/01 do BACEN, na categoria “títulos para negociação”.

O valor de mercado dos títulos públicos representa o seu valor presente, o qual foi calculado com base no fluxo de caixa futuro descontado pelas taxas praticadas no mercado.

O valor da aplicação em quotas do FILCB reflete o valor da última quota divulgada pelo administrador do fundo, contemplando os resgates e aplicações realizados no exercício.

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais

O saldo da carteira de títulos e valores mobiliários, bem como sua composição, estão assim demonstrados:

(a) Composição por classificação e tipo

		2018	2017
Composição da carteira	Custo corrigido	Valor de mercado	Valor de mercado
Carteira Própria	3.260.948	3.274.268	820.610
Letras do Tesouro Nacional – LTN	2.582.399	2.586.798	449.015
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	62.730	63.984	48.268
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	615.819	623.486	323.327
Vinculados a Compromissos de Recompra	385.984	386.425	193.121
Letras do Tesouro Nacional – LTN	306.237	305.184	193.121
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	79.747	81.241	-
Vinculados à Prestação de Garantias na B3	896.063	913.091	1.204.251
Letras do Tesouro Nacional – LTN	16.547	16.562	379.203
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	356.332	362.431	214.071
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	482.184	490.024	569.557
Fundo de Investimento Liquidez da Câmara BM&FBOVESPA Multimercado - FILCB	41.000	44.074	41.420
Total da carteira	4.542.995	4.573.784	2.217.982

(b) Classificação e composição por prazo de vencimento

					2018	2017	
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado	Valor de mercado
Títulos para negociação ⁽¹⁾							
Carteira própria	-	1.567.205	492.398	1.004.251	210.414	3.274.268	820.610
Vinculados a compromisso de recompra	-	-	-	305.184	81.241	386.425	193.121
Vinculados à prestação de garantias na B3 ⁽²⁾	44.074	-	25.719	350.559	492.739	913.091	1.204.251
Total	44.074	1.567.205	518.117	1.659.994	784.394	4.573.784	2.217.982

⁽¹⁾ Títulos classificados na categoria para negociação e, assim, apresentados no balanço patrimonial como ativo circulante, independente de suas datas de vencimento, conforme Circular nº 3.068/01, do BACEN.

⁽²⁾ Os títulos públicos vinculados à prestação de garantia referem-se às operações realizadas junto à B3.

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais

9) Instrumentos Financeiros Derivativos

Estão representados por operações de futuros, *swap*, opções, operações a termo de título público e de moeda - NDF (*Non-Deliverable Forward*) e outros derivativos devidamente registrados na B3, envolvendo taxas do mercado interfinanceiro, ações, *commodities* e variação cambial.

O Banco atua no mercado de futuros da B3, principalmente como parte da execução de sua política de gerenciamento de riscos, a fim de reduzir os riscos resultantes de suas operações (*hedge* global).

A área de Gerenciamento de Risco é independente e utiliza técnicas globais para mensuração dos potenciais riscos inerentes ao carregamento de suas posições.

A gestão de riscos e os controles internos existentes visam permitir que o Banco não se exponha excessivamente à movimentação das taxas de juros, índices de preços, do câmbio e de *commodities*.

Os controles mantidos são aprovados internamente, adotando-se os parâmetros internacionais utilizados pela organização mundialmente. Tais controles baseiam-se em parâmetros estatísticos, tais como “VaR”. A precificação dos contratos futuros detidos pelo Banco é apurada com base nos preços de fechamento divulgados diariamente pela B3.

A precificação das operações de *swap* e a termo de título público e NDF é fundamentada pela geração de curvas de mercado obtidas por intermédio de estruturas temporais de taxas de juros, cujas cotações de preços são obtidas pela mesa de operações e divulgadas por agências como Bloomberg, Reuters, Anbima e a própria B3.

O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black & Scholes*, utilizando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para analisar as volatilidades.

Os instrumentos financeiros derivativos listados acima, registrados em contas patrimoniais e de compensação, em 31 de dezembro estão representados como segue:

(a) Composição por indexador

	Valor a receber	Valor a pagar	2018 Valor nominal	2017 Valor nominal
Operações de <i>swap</i>	3.481.177	(3.966.574)	135.654.950	145.181.126
CDI x Euro	-	-	-	1.601.800
CDI x Eurolibor	1.053	-	184.449	184.449
CDI x IPCA	-	(151.085)	2.250.840	684.794
CDI x Libor	-	(250.655)	850.880	1.037.533
CDI x Pré	127	(2.209.181)	72.542.850	69.439.057
CDI x USD	24	(317.778)	2.480.337	6.429.639
CDI x USD Pré	4.994	(743.458)	4.115.807	-
Euro x CDI	-	-	-	1.601.800
Eurolibor x CDI	-	(1.053)	184.449	184.449

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais

IPCA x CDI	1.289	-	33.933	33.933
Libor x CDI	160.971	-	638.277	-
Libor x USD	5.863	(30)	416.002	1.331.340
Ouro x Outros	126	-	22.566	22.766
Outros x Ouro	-	(126)	22.600	22.800
Pré x CDI	1.922.784	(99)	35.167.009	48.737.641
Pré x USD	5.060	-	1.233.965	-
USD EMTA x Pré	-	(5.078)	1.233.965	-
USD EMTA x USD Pré	7.824	(269.022)	2.954.361	2.954.361
USD Pré x CDI	468.678	(8.808)	3.770.158	-
USD Pré x USD EMTA	106.700	(7.821)	2.415.122	2.415.122
USD x CDI	795.655	-	4.882.594	8.217.285
USD x Libor	29	(2.380)	254.786	282.357
Opções de ações	102.273	(100.070)	1.314.595	499.820
Compra de opção de compra	32.495	-	307.624	151.282
Venda de opção de compra	-	(30.851)	240.406	151.222
Compra de opção de venda	69.778	-	385.916	98.781
Venda de opção de venda	-	(69.219)	380.649	98.535
Opções de moeda	21.083	(21.123)	1.210.664	22.060
Compra de opção de compra	20.892	-	415.356	-
Venda de opção de compra	-	(20.932)	415.356	-
Compra de opção de venda	191	-	189.976	11.030
Venda de opção de venda	-	(191)	189.976	11.030
NDF (Non-Deliverable Forward) de moedas	69.379	(28.815)	12.461.627	11.508.476
Posição comprada	19.375	(25.511)	7.690.277	7.414.949
Posição vendida	50.004	(3.304)	4.771.350	4.093.527
Outros derivativos	121.864	(1.117.649)	14.058.117	3.322.896
Posição comprada	121.864	-	1.111.353	29.458
Posição vendida	-	(1.117.649)	12.946.764	3.293.438
Operações com futuros	29.266	(16.810)	66.289.851	70.928.062
Posição comprada	15.458	(10.961)	52.097.559	44.169.810
Cupom cambial - DDI	-	(878)	587.420	1.113.425
DAP	1.638	-	2.188.694	480.061
DI de 1 dia	13.820	-	46.704.018	41.419.351
Dólar	-	(10.083)	2.617.427	1.156.973
Posição vendida	13.808	(5.849)	14.192.292	26.758.252
Cupom cambial - DDI	13.702	-	4.536.474	5.408.202
DAP	-	-	-	19.686
DI de 1 dia	-	(5.849)	9.499.705	21.242.497
Dólar	106	-	156.113	87.867
Termo de título público	481.565	(481.653)	481.653	1.673.342
Compra a termo de título público	26.966	(26.967)	26.967	1.160.628
Venda a termo de título público	454.599	(454.686)	454.686	512.714
Total	4.306.607	(5.732.694)	231.471.457	233.135.782

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os valores a receber e a pagar referentes aos ajustes diários a liquidar junto à B3, acrescidos dos respectivos emolumentos, estão contabilizados na rubrica “Negociação e intermediação de valores” (nota 18).

(b) Composição do valor nominal por contraparte

	2018					2017
	Instituições Financeiras	Corporate	Institucional	B3	Total	Total
Swaps	8.085.354	7.352.947	120.216.649	-	135.654.950	145.181.126
Opções	45.950	607.607	1.187.898	683.804	2.525.259	521.880
NDF (<i>Non-Deliverable Forward</i>)	-	1.429.135	11.032.492	-	12.461.627	11.508.476
Outros derivativos	457.265	269.089	13.331.763	-	14.058.117	3.322.896
Operações com futuros	-	-	-	66.289.851	66.289.851	70.928.062
Termo de título público	419.055	62.598	-	-	481.653	1.673.342
Total	9.007.624	9.721.376	145.768.802	66.973.655	231.471.457	233.135.782

(c) Composição do valor nominal por local de negociação

	2018			2017
	Bolsa	Balcão	Valor nominal	Valor nominal
Swaps	-	135.654.950	135.654.950	145.181.126
Opções	683.804	1.841.455	2.525.259	521.880
NDF (<i>Non-Deliverable Forward</i>)	-	12.461.627	12.461.627	11.508.476
Outros derivativos	-	14.058.117	14.058.117	3.322.896
Operações com futuros	66.289.851	-	66.289.851	70.928.062
Termo de título público	-	481.653	481.653	1.673.342
Total	66.973.655	164.497.802	231.471.457	233.135.782

(d) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

Os ajustes diários das operações realizadas em mercado futuro bem como o resultado dos contratos de *swap*, opções, termo de moeda e outros derivativos são registrados em receita ou despesa, quando auferidos, e representam seu valor de mercado atualizado.

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais

	2018			2017
	Valor de custo	Ganhos/(perdas) não realizados	Valor de mercado	Valor de mercado
Ativo	3.005.722	1.271.619	4.277.341	3.624.807
Operações de <i>swap</i>	2.171.151	1.310.026	3.481.177	1.908.242
Operações de NDF	177.298	(107.919)	69.379	30.740
Operações de opções	53.300	70.056	123.356	12.322
Outros derivativos	122.282	(418)	121.864	156
Termo de título público	481.691	(126)	481.565	1.673.347
Passivo	(4.240.603)	(1.475.281)	(5.715.884)	(4.066.554)
Operações de <i>swap</i>	(2.442.558)	(1.524.016)	(3.966.574)	(2.128.578)
Operações de NDF	(31.611)	2.796	(28.815)	(14.980)
Operações de opções	(134.970)	13.777	(121.193)	(12.326)
Outros derivativos	(1.149.805)	32.156	(1.117.649)	(237.555)
Termo de título público	(481.659)	6	(481.653)	(1.673.115)

(e) Resultado com derivativos

	2018	2017
<i>Swaps</i>	(628.007)	(1.218.229)
Futuros	242.069	1.076.338
NDF (<i>Non-Deliverable Forward</i>)	615.330	(29.788)
Opções	35.044	(1.033)
Outros	(319)	957
Total	264.117	(171.755)

10) Operações de Crédito e Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

São classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica “Operações de Crédito” refere-se a empréstimo representado por um contrato indexado ao CDI, concedido na forma de cédula de crédito bancário para entidade não-ligada, cuja atividade econômica se insere na categoria de prestação de serviços, com vencimento em abril de 2021 e pagamento de juros trimestrais.

O valor atualizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 362.446 (2017 – zero).

Em 31 de dezembro de 2018, o nível de risco da operação está classificado como “B”, razão pela qual foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$ 3.624 (2017 – zero), correspondente a 1% do valor atualizado do crédito concedido.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a receita de operações de crédito é de R\$ 19.971 (2017 – zero) e a despesa com provisão para crédito de liquidação duvidosa totaliza R\$ 3.624 (2017 – zero).

11) Carteira de Câmbio

Em 31 de dezembro, os saldos são compostos por:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	12.712	185.862
Direitos sobre vendas de câmbio	54.406	99.314
Total	<u>67.118</u>	<u>285.176</u>
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	53.941	99.281
Obrigações por compra de câmbio	12.758	185.567
Total	<u>66.699</u>	<u>284.848</u>

12) Outros Créditos

(a) Diversos

Em 31 de dezembro, os saldos são compostos por:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Créditos tributários de impostos e contribuições (nota 20 (b))	147.395	121.601
Títulos e créditos a receber - sem característica de concessão de crédito ⁽¹⁾	-	104.694
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 22 (a))	102.161	88.235
Impostos e contribuições a compensar	23.561	20.677
Devedores diversos – País ⁽²⁾	3.880	5.553
Outros	3.496	2.814
Total	<u>280.493</u>	<u>343.574</u>

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais

- (1) Em 31 de dezembro de 2017, “Títulos e créditos a receber” refere-se a créditos a receber originados de operações de instrumentos financeiros derivativos de clientes em processo de recuperação judicial, sem característica de concessão de crédito, no montante de R\$ 104.694, para os quais foi constituída provisão equivalente a 100% do saldo a receber, registrada na rubrica “Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa – sem característica de concessão de crédito” (nota 12 (b)).

Em 27 de julho de 2018, o Conglomerado subscreveu e integralizou debêntures recebidas em dação em pagamento dos créditos de sua titularidade, listados em processo de Recuperação Judicial, os quais foram considerados novados para todos os fins e efeitos. Em 26 de outubro de 2018, o Banco vendeu a totalidade das debêntures.

- (2) “Devedores diversos – País” refere-se, principalmente, à recuperação de despesa originada pela contribuição do Conglomerado (Patrocinador) ao plano de previdência privada PGBL, em nome dos seus funcionários (participantes) que, em função do rompimento de vínculo antes do preenchimento das condições de elegibilidade ao benefício, o Patrocinador passa a poder utilizar os recursos depositados para quitação de contribuições futuras.

(b) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

Em 31 de dezembro de 2017, refere-se a provisão equivalente a 100% do saldo de títulos a receber (nota 12 (a)) originados de operações com instrumentos financeiros derivativos de clientes em processo de recuperação judicial, sem característica de concessão de crédito, no montante de R\$ 104.694.

Em 27 de julho de 2018, a provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi integralmente revertida, uma vez que, os créditos de titularidade do Conglomerado, listados no processo de Recuperação Judicial, foram considerados novados para todos os fins e efeitos (nota 12 (a)).

13) Permanente – Imobilizado de uso

	2018			2017		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Instalações, móveis e equipamentos de uso	47.066	(29.660)	17.407	47.343	(25.149)	22.194
Imobilizações em curso	1.378	-	1.378	628	-	628
Comunicação	14.438	(13.795)	643	16.303	(15.416)	887
Processamento de dados	7.569	(6.703)	867	9.690	(9.467)	223
Total	70.451	(50.157)	20.294	73.694	(50.032)	23.932

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais

14) Depósitos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Depósitos interfinanceiros	3.467	3.258
A vencer após 360 dias	3.467	3.258
Depósitos a prazo	578.997	453.376
De 91 até 360 dias	499.834	200.160
A vencer após 360 dias	79.163	253.216
Total de depósitos	582.464	456.634

Depósitos interfinanceiros, representados por captações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros com instituições financeiras, foram contratados a taxas que variam entre 98% a 100% do CDI.

Depósitos a prazo, representado por captações em Certificados de Depósitos Bancários, contratados a taxas que variam entre 98% a 103% do CDI, sendo o montante de R\$ 79.163 (2017 – R\$ 52.211) correspondente a transação com partes relacionadas (nota 22 (a)).

15) Captações no Mercado Aberto

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 estão representadas por obrigações em operações compromissadas no montante de R\$ 988.053 (2017 – R\$ 1.034.919), sendo:

- (i) R\$ 382.129 (2017 – R\$ 191.050) correspondem a recompras a liquidar de operações compromissadas realizadas com títulos da carteira própria e liquidadas em 02 de julho de 2018, sendo o montante de R\$ 275.068 (2017 – R\$ 191.050) referente a transações com partes relacionadas (nota 22 (a));
- (ii) R\$ 151.001 (2017 – zero) correspondentes a recompras a liquidar de operações compromissadas realizadas com títulos de terceiros e liquidadas em 02 de janeiro de 2018; e
- (iii) R\$ 454.923 (2017 – R\$ 843.869) correspondentes a obrigações referentes ao compromisso de devolução de títulos recebidos como lastro em operações compromissadas com acordo de livre movimentação, em razão da venda definitiva dos respectivos títulos, representadas por NTN-B e NTN-F.

16) Recursos de Aceites Cambiais e Similares

Em 31 de dezembro de 2018, referem-se à captação por certificados de operações estruturadas (COE), com vencimento em dezembro de 2023, no montante de R\$ 95 (2017 – zero).

17) Obrigações por Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, referem-se a empréstimos captados no exterior junto à The Goldman Sachs Group, Inc., Nova Iorque, com vencimento em até 3 meses, no montante de US\$ 792.563

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais

(2017 – US\$ 412.792), convertido pela taxa PTAX de fechamento equivalente a R\$ 3.071.023 (2017 – R\$ 1.365.515).

18) Negociação e Intermediação de Valores

No ativo, refere-se a devedores – conta liquidações pendentes no montante de R\$ 394.613 (2017 – R\$ 28.396) e a caixas de registro e liquidação no montante de R\$ 107.603 (2017 – R\$ 13.793). Em 31 de dezembro de 2017, refere-se ainda a depósitos em moeda estrangeira para garantia na Bolsa de Mercadorias de Câmbio (“BMC”) no montante de R\$ 165.400 e a operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar no montante de R\$ 57.135.

No passivo, refere-se a operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar no montante de R\$ 321.897 (2017 – zero), credores – conta liquidações pendentes no montante de R\$ 167.796 (2017 – R\$ 76.069) e a comissões e corretagens a pagar no montante de R\$ 754 (2017 – R\$ 984).

19) Outras Obrigações

(a) Sociais e estatutárias

Referem-se a valores a serem pagos a título de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 100.000 (2017 – R\$ 80.000), líquido do imposto de renda retido na fonte de 15% no montante de R\$ 15.000 (2017 – R\$ 12.000) a suas controladoras, The Goldman Sachs Group, Inc. e Goldman Sachs Global Holdings, L.L.C. (nota 22 (a)).

(b) Fiscais e previdenciárias

Em 31 de dezembro, o saldo está composto por:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Provisão para imposto de renda diferido (IRPJ e CSLL) (nota 20 (b)) ⁽¹⁾	209.536	156.463
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	27.194	7.307
Impostos e contribuições sobre salários a recolher	7.840	4.613
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros a recolher	23.455	6.493
Total	<u>268.025</u>	<u>174.876</u>

⁽¹⁾ Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos calculados principalmente sobre ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros.

(c) Diversas

Em 31 de dezembro, o saldo está composto por:

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais

	2018	2017
Provisão para despesas de pessoal ⁽¹⁾	119.084	69.944
Valores a pagar sociedades ligadas (nota 22 (a))	38.778	65.195
Provisão para outras despesas administrativas ⁽²⁾	15.145	21.505
Credores diversos – país	3.755	5.576
Provisão para passivos contingentes (nota 24 (a))	124	114
Outros pagamentos	-	2.246
Total	176.886	164.580

(1) “Provisão para despesas de pessoal” refere-se, principalmente, a gratificações a pagar (bônus) no montante de R\$ 75.542 (2017 – R\$ 44.633) e a impostos sobre gratificações a pagar (bônus) no montante de R\$ 25.458 (2017 – R\$ 15.041).

(2) “Provisão para outras despesas administrativas” refere-se, substancialmente, a provisão de encargos sociais sobre os saldos referentes ao pagamento baseado em ações no montante de R\$ 11.903 (2017 – R\$ 19.232).

20) Imposto de Renda (IR), Contribuição Social (CS) e Créditos Tributários

(a) Os impostos e contribuições a recolher no exercício são demonstrados como segue:

	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro	369.019	369.019	229.877	229.877
Participação nos lucros	(5.067)	(5.067)	(4.186)	(4.186)
Juros sobre o capital próprio	(100.000)	(100.000)	(80.000)	(80.000)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	263.952	263.952	145.691	145.691
Imposto de renda (25%) e contribuição social (20%)	65.988	52.790	36.423	29.138
Diferenças temporárias	8.070	6.455	(26.630)	(21.304)
Diferenças permanentes	2.738	(503)	4.455	650
(Constituição)/compensação de prejuízo fiscal de períodos anteriores	(19.847)	-	(2.389)	-
(Constituição)/compensação de base negativa de CSLL de períodos anteriores	-	(14.899)	-	(1.011)
Outros	32	37	-	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício	56.981	43.880	11.859	7.473

A alíquota da contribuição social vigente até dezembro de 2018 era de 20%, passando a ser de 15% a partir de janeiro de 2019.

(b) A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais

	2018			2017		
	IRPJ	CSLL	Totais	IRPJ	CSLL	Totais
Diferenças temporárias	83.376	50.025	133.401	42.211	32.506	74.717
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	906	544	1.450	26.173	20.939	47.112
Marcação a mercado negativa – TVM e derivativos	68.026	40.815	108.841	1.509	905	2.414
Unidades de ações restritas – RSU	12.442	7.466	19.908	13.632	9.944	23.576
Remuneração variável	618	370	988	360	288	648
Outros	1.384	830	2.214	564	452	1.016
Prejuízos fiscais	5.854	-	5.854	25.701	-	25.701
Base negativa	-	8.140	8.140	-	21.134	21.134
Total de ativos tributários diferidos	89.230	58.165	147.395	67.939	53.662	121.601
Diferenças temporárias	(130.960)	(78.576)	(209.536)	(92.894)	(63.569)	(156.463)
Marcação a mercado positiva – TVM e derivativos	(129.858)	(77.915)	(207.773)	(92.894)	(63.569)	(156.463)
Outras provisões – Patrimônio líquido	(1.102)	(661)	(1.763)	-	-	-
Total de passivos tributários diferidos	(130.960)	(78.576)	(209.536)	(92.894)	(63.569)	(156.463)

Uma vez atendidos os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, quais sejam: (i) histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social em pelo menos três dos últimos cinco exercícios sociais, e (ii) expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos; no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Banco reconhece ativos tributários diferidos sobre imposto de renda e contribuição social relativos a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, nos montantes de R\$ 89.230 e R\$ 58.165, respectivamente. A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 147.395 é estimada em 19% no 1º ano, 25% do 2º ao 4º ano, 43% no 5º ano e 13% do 6º ao 10º ano. O valor presente dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base nas taxas médias de captação da instituição, monta R\$ 62.939 e R\$ 41.795, respectivamente. O valor de crédito tributário não ativado sobre o prejuízo fiscal do imposto de renda monta a R\$ 4.870 (2017 – R\$ 4.870).

Em 31 de dezembro de 2018, os passivos tributários diferidos totalizam R\$ 209.536 (2017 – R\$ 156.463).

21) Patrimônio Líquido

(a) Capital social

O capital social subscrito e totalmente integralizado é representado, em 31 de dezembro de 2018, por 1.383.596.500 (2017 – 1.383.596.500) ações ordinárias nominativas sem valor nominal ao preço unitário de R\$ 1 (hum real) cada ação, em conformidade com a regulamentação aplicável.

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais

(b) Reservas de capital

A Resolução CMN nº 3.989, de 30 de junho de 2011, alterou a partir de 1º de janeiro de 2012 a prática contábil relativa ao registro de benefícios pagos em ações (nota 22 (b)). De acordo com o disposto na referida Resolução, as instituições financeiras e as demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN devem observar os critérios e condições estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 03 de dezembro de 2010, na mensuração, reconhecimento e divulgação das transações com pagamento baseado em ações.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da rubrica “Reservas de capital” totaliza R\$ 35.898 (2017 – R\$ 15.684), sendo composta por ajuste positivo de marcação a mercado sobre o pagamento baseado em ações no montante de R\$ 4.043 (em 2017 refere-se a ajuste negativo de marcação a mercado de R\$ 15.444), contribuição ao capital no montante de R\$ 28.241 (2017 – R\$ 28.241) relativa ao pagamento baseado em ações de exercícios anteriores a 2012 para o qual não havia acordo de repagamento, imposto de renda e contribuição social diferidos calculados sobre o saldo de MTM das RSUs no montante de R\$ 1.600 (2017 – zero) e reserva de capital de sua subsidiária integral reconhecida por meio de equivalência patrimonial reflexa no montante de R\$ 5.214 (2017 – R\$ 2.887).

(c) Reservas e retenção de lucros

Nos termos do artigo 189, da Lei nº 6.404/76, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto sobre a Renda. Ainda, nos termos do artigo 193 da referida Lei, do lucro líquido do período, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. Conforme mencionado no parágrafo segundo do referido artigo, a reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da rubrica “Reservas de lucros” totaliza R\$ 320.340 (2017 – R\$ 182.764), sendo constituído por “Reserva legal” no montante de R\$ 25.017 (2017 – R\$ 13.138) e “Reserva estatutária” no montante de R\$ 295.323 (2017 – R\$ 169.626).

(d) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (“JCP”) é efetuado dentro do limite de dedutibilidade e apurado sobre o lucro do exercício. Com base na Deliberação CVM n.º 683/2012 o tratamento contábil dado aos JCP é análoga ao tratamento dado aos dividendos obrigatórios, ou seja, o valor determinado é lançado diretamente na conta de Lucros Acumulados. Em 31 de dezembro de 2018, o valor apurado foi de R\$ 100.000 (2017 – R\$ 80.000) gerando um imposto de renda de R\$ 15.000 (2017 – R\$ 12.000).

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais

22) Transações com Partes Relacionadas

(a) Empresas controladoras, controladas e outras partes relacionadas

As transações realizadas entre o Banco e partes relacionadas, em conformidade com as normas estabelecidas pelo BACEN, com controladores (1), controladas (2), coligadas (3) e com outras partes relacionadas (4) estão representadas por:

	2018		2017	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Instrumentos financeiros derivativos	(82.876)	949.324	(91.537)	(1.186.754)
Goldman Sachs Participações Ltda. (3)	-	-	-	15.869
Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (4)	7.569	844.976	(89.402)	(1.185.906)
Sphere Fundo de Investimento Multimercado – Investimento no Exterior Crédito Privado (4)	(90.445)	104.348	(2.135)	(16.717)
Outros créditos – Negociação e intermediação de valores	352.729	14.268	88	10.509
Goldman Sachs International (3)	278.571	12.795	84	9.873
Goldman Sachs & Co. LLC (3)	-	4	-	-
Sphere Fundo de Investimento Multimercado – Investimento no Exterior Crédito Privado (4)	74.158	1.468	4	636
Outros créditos - Diversos	102.161	442.736	88.235	283.888
Goldman Sachs Asset Management Brasil Ltda. (3)	-	-	281	1.148
Goldman Sachs Asset Management International (3)	2.367	8.953	1.832	9.121
Goldman Sachs Asset Management, L.P. (3)	397	1.505	307	1.529
Goldman Sachs Capital Markets, L.P. (3)	-	3.193	-	-
Goldman Sachs International (3)	55.173	213.821	44.313	173.303
Goldman Sachs Participações Ltda. (3)	-	-	-	619
Goldman Sachs & Co. LLC (3)	37.667	205.548	37.649	82.717
Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (4)	82	850	59	827
J. Aron & Company (3)	87	254	53	11.362
Sphere Fundo de Investimento Multimercado – Investimento no Exterior Crédito Privado (4)	642	7.758	407	3.262
The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	5.709	616	3.292	-
Outras partes relacionadas (3)	37	238	43	-
Depósitos a prazo	(79.163)	(6.464)	(52.211)	(10.515)
Goldman Sachs & Co. LLC (3)	-	(2.259)	-	-
Goldman Sachs Asset Management Brasil Ltda. (3)	(2.085)	(124)	(2.002)	(583)
Goldman Sachs Participações Ltda. (3)	(3.193)	(189)	(3.004)	(2.141)
Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (4)	(73.885)	(3.892)	(47.205)	(7.791)
Captações no mercado aberto	(275.068)	(15.725)	(191.050)	(10.737)
Sphere Fundo de Investimento Multimercado – Investimento no Exterior Crédito Privado (4)	(275.068)	(15.725)	(191.050)	(10.737)

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais

Outras obrigações – Negociação e intermediação de valores	-	-	(32.256)	
Goldman Sachs International (3)	-	-	(29.112)	-
Sphere Fundo de Investimento Multimercado – Investimento no Exterior Crédito Privado (4)	-	-	(3.144)	-
Outras obrigações - Diversas (i)	(38.778)	(288)	(65.195)	(11.120)
Goldman Sachs & Co. LLC (3)	(10.205)	(238)	(13.682)	(6.055)
Goldman Sachs Paris Inc. et Cie. (3)	-	-	-	(4.758)
Goldman Sachs Participações Ltda. (3)	-	-	(307)	(307)
J. Aron & Company (3)	-	-	(726)	-
The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	(26.255)	-	(50.480)	-
Goldman Sachs Chile Limitada (3)	(107)	-	-	-
Goldman Sachs International (3)	(2.181)	-	-	-
Outros valores a pagar de partes relacionadas (3)	(30)	(50)	-	(129)
Juros sobre o capital próprio	(85.000)	-	(68.000)	-
The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	(84.915)	-	(67.932)	-
Goldman Sachs Global Holdings, L.L.C. (1)	(85)	-	(68)	-
Empréstimos no exterior	(3.071.023)	(83.524)	(1.365.515)	(191.405)
The Goldman Sachs Group, Inc (1)	(3.071.023)	(83.524)	(1.365.515)	(191.405)
Patrimônio líquido - Capital social	(1.383.596)	-	(1.383.596)	-
The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	(1.382.213)	-	(1.382.213)	-
Goldman Sachs Global Holdings L.L.C. (1)	(1.383)	-	(1.383)	-

(i) Outros valores a pagar referem-se a reembolsos de despesas junto a partes relacionadas, principalmente, o repagamento do plano de incentivo de ações (RSU).

As transações entre partes relacionadas foram contratadas em termos equivalentes aos que prevalecem em transações entre partes independentes, considerando-se prazos e taxas médias usuais de mercado e a ausência de risco, vigente nas respectivas datas.

(b) Remuneração de pessoas-chave da Administração

Para fins de divulgação, são considerados pessoas-chave da Administração os diretores estatutários do Conglomerado.

	2018	2017
Benefícios de curto prazo – Administradores		
Proventos	26.594	19.760
Encargos sociais curto prazo	8.262	6.053
Benefícios de longo prazo – Administradores		
Pagamento baseado em ações	6.360	5.972
Encargos sociais longo prazo	2.143	2.013

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais

23) Plano de Previdência Privada e de Incentivo de Ações

(a) Plano de previdência privada

O Conglomerado oferece a todos os funcionários um plano de previdência privada PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre) na modalidade de contribuição definida.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Conglomerado contribuiu com R\$ 3.247 (2017 – R\$ 2.836) para o fundo de previdência.

(b) Plano de incentivo de ações

The Goldman Sachs Group, Inc. empresa controladora do Conglomerado, patrocina o plano de pagamento em ações, Plano de Incentivo de Ações da The Goldman Sachs Group, Inc. (SIP), que prevê, entre outras alternativas, concessões de opções de ações de incentivo e unidades de ações restritas (RSUs).

A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio de ações é mensurada com base no valor justo da data da outorga do prêmio. Prêmios de ações que não requerem prestação de serviços futuros são reconhecidos como despesa (ex, prêmios adquiridos, incluindo prêmios concedidos a ex-empregados elegíveis). Prêmios de ações que requerem prestação de serviços futuros são amortizados no decorrer do período do serviço prestado. As prescrições previstas são incluídas na determinação da despesa de pagamento de ações a empregados. As entidades pertencentes ao Conglomerado pagam dividendos equivalentes em dinheiro sobre o saldo RSUs.

- **Unidades de ações restritas**

A empresa controladora indireta outorga RSUs para os empregados das entidades pertencentes ao Conglomerado de acordo com o SIP, as quais são avaliadas com base no preço de fechamento das ações na data da outorga levando em consideração um desconto de liquidez de quaisquer restrições aplicáveis pós-aquisição de transferência. O direito adquirido sobre as unidades de ações restritas, bem como as ações ordinárias entregues, são concedidas conforme descrito no acordo de RSU, prevendo outorga acelerada em determinadas circunstâncias, tais como, aposentadoria, morte, incapacidade e conflito de trabalho. A entrega das ações ordinárias está condicionada à aquisição de direito dos beneficiários que preencham os requisitos definidos no plano de incentivos.

As RSUs são emitidas em dólar americano e convertidas para reais pela taxa PTAX de venda divulgada pelo BACEN para 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais

	2018		2017	
	Requer serviço futuro (<i>unvested</i>) (Média ponderada)	Não requer serviço futuro (<i>vested</i>) (Média ponderada)	Requer serviço futuro (<i>unvested</i>) (Média ponderada)	Não requer serviço futuro (<i>vested</i>) (Média ponderada)
Movimentação pela média ponderada				
Saldo ao final do exercício anterior *	661,86	601,55	481,50	470,29
Outorgada ^{(1) (2)} (<i>granted</i>)	877,83	929,74	673,94	725,58
Prescrita (<i>forfeited</i>)	713,09	566,34	554,49	433,94
Entregue ⁽³⁾ (<i>delivered</i>)	-	608,20	-	477,06
Adquirida por direito ⁽²⁾ (<i>vested</i>)	723,01	723,01	533,13	533,13
Transferida entrada/(saída) (<i>transfers</i>)	826,94	562,50	584,39	1.409,74
Saldo ao final do exercício *	845,75	738,28	565,35	513,56

	2018		2017	
	Requer serviço futuro (<i>unvested</i>) (Nº de ações)	Não requer serviço futuro (<i>vested</i>) (Nº de ações)	Requer serviço futuro (<i>unvested</i>) (Nº de ações)	Não requer serviço futuro (<i>vested</i>) (Nº de ações)
Movimentação pela quantidade de ações:				
Saldo ao final do exercício anterior	21.018	48.640	28.764	90.812
Outorgada ^{(1) (2)} (<i>granted</i>)	23.375	4.146	15.818	5.130
Prescrita (<i>forfeited</i>)	(328)	(10)	(4.587)	(39)
Entregue ⁽³⁾ (<i>delivered</i>)	-	(42.783)	-	(66.944)
Adquirida por direito ⁽²⁾ (<i>vested</i>)	(24.961)	24.961	(19.668)	19.668
Transferida entrada/(saída) (<i>transfers</i>)	(222)	(3.666)	691	13
Saldo ao final do exercício	18.882	31.288	21.018	48.640

* O “Saldo ao final do exercício” para o ano de 2017 difere do “Saldo ao final do exercício anterior” em 2018, para fins dessa divulgação, em função da PTAX utilizada para conversão em 31 de dezembro de 2018 em comparação a PTAX utilizada para conversão em 31 de dezembro de 2017.

- (1) A média ponderada a valor justo na data da outorga das RSUs concedidas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 881,05 (2017 – R\$ 684,51). O valor justo das RSUs outorgadas em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 inclui um desconto de liquidez (*liquidity discount*) de 7.75% e 10.39%, respectivamente, para refletir restrições de até 4 anos pós-aquisição do direito de transferência.
- (2) O valor justo agregado das ações com direito adquirido em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 10.502,40 (2017 – R\$ 9.072,34).
- (3) A média ponderada na data de entrega das RSUs entregues em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 1.012,72 (2017 – R\$ 770,38).

Em decorrência da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, o Conglomerado registrou o total de despesas de provisão para pagamento em ações, líquido de prescrições,

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais

baseado no preço da data de outorga. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi registrado na rubrica “Despesas de pessoal” o montante de R\$ 25.995 (2017 – R\$ 9.653) referente a amortização dos prêmios em ações e do efeito da variação cambial calculada sobre o saldo da provisão para pagamento em ações registrada no passivo.

A contrapartida do lançamento acima foi contabilizada como provisão em “Outras Obrigações - Diversas - Valores a pagar a sociedades ligadas”.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Conglomerado registrou despesa de provisão de encargos sociais, baseados no valor atual da ação, no montante de R\$ 6.164 (2017 – R\$ 5.933), registrado na rubrica “Despesas de pessoal”.

Considerando o contrato de repagamento assinado em 31 de dezembro de 2012 com a The Goldman Sachs Group, Inc. a provisão para pagamento em ações referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 corresponde ao valor ajustado a mercado de R\$ 25.887 (2017 – R\$ 49.966). Em 31 de dezembro de 2018, a provisão para encargos sociais, registrada na rubrica “Outras Obrigações – Diversas”, é de R\$ 25.887 (2017 – R\$ 19.232).

24) Outras Informações

(a) Passivos contingentes e obrigações legais

- **Passivos contingentes trabalhistas classificados como risco de perda provável e possível**

Em 31 de dezembro de 2018, o Conglomerado figura como parte em litígios de natureza trabalhista, patrocinados por ex-funcionários e ex-prestadores de serviços. O valor das contingências é provisionado com base nas características individuais de cada ação. Em 31 de dezembro de 2018, as contingências trabalhistas classificadas como perda de risco provável pela Administração, amparada pelo apoio de seus consultores legais externos, totaliza R\$ 124 (2017 – R\$ 114).

As contingências trabalhistas classificadas como possíveis, com base nos pareceres emitidos pelos consultores legais externos responsáveis pela condução das ações, totalizam R\$ 6.053 (2017 – R\$ 3.866).

- **Passivos contingentes fiscais classificados como risco de perda possível**

O Conglomerado é parte em processos na esfera administrativa da Receita Federal do Brasil de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados externos responsáveis pela condução da defesa.

Os processos envolvem os seguintes assuntos: (a) PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes da desmutualização da CETIP no valor de R\$ 396 (2017 – R\$ 328); (b) PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes da venda de ações no IPO da BOVESPA no valor de R\$ 4.603 (2017 – R\$ 3.867); (c) PIS e COFINS sobre as receitas decorrentes da incorporação de ações da Bovespa Holding S.A. pela Nova Bolsa S.A. no valor de R\$ 12.849 (2017 – R\$ 10.839); e (d) IRPJ relativo aos exercícios de 2009 a 2011, em razão da suposta dedução indevida de gratificações pagas a diretores no valor de R\$ 7.557 (2017 – R\$

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais

6.588), atualizados pela Selic acumulada desde a data do auto de infração até 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

Ainda, o Conglomerado é parte em processo na esfera administrativa da Receita Federal do Brasil de natureza tributária que é caracterizado como passivo contingente e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados externos responsáveis pela condução da defesa.

O processo envolve PIS e COFINS sobre as receitas de Exportação de Serviços para o período de 31 de março de 2013 à 31 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 8.818 (2017 - zero).

(b) Cláusula para compensação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

O Conglomerado tem celebrado com certas contrapartes Contratos Globais de Derivativos (“CGD”) que possuem cláusulas de compensação ao amparo da Resolução CMN nº 3.263/05, conforme alterada. Tais cláusulas estabelecem, de modo geral, a compensação das obrigações decorrentes das operações de derivativos vigentes e futuras cursadas com tais contrapartes. O registro dos CGDs contendo cláusulas de compensação é feito na CETIP. Os valores a receber e a pagar são demonstrados no Balanço Patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo, respectivamente, sem compensação de valores.

(c) Receitas de prestação de serviço

Receitas de prestação de serviços referem-se a:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Rendas de serviços prestados a ligadas ⁽¹⁾	406.338	253.887
Rendas de serviços de consultoria e assessoria técnica ⁽²⁾	100.347	23.358
Rendas de corretagens de operações em bolsas	71.872	53.096
Rendas de administração de fundos de investimentos ⁽³⁾	8.587	4.076
Rendas de comissões de colocação de títulos	5.419	23.565
Total	<u>592.563</u>	<u>357.982</u>

⁽¹⁾ Referem-se a rendas de serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira prestadas à partes relacionadas.

⁽²⁾ Em 31 de dezembro de 2018, R\$ 78.480 (2017 – R\$ 5.749) referem-se a rendas de serviços prestados a terceiros. Em 31 de dezembro de 2018, inclui ainda R\$ 21.867 (2017 – R\$ 17.609) referentes a receitas com taxas de *clearing* prestadas a entidades ligadas.

⁽³⁾ Rendas de gestão de fundos de investimentos são compostas, na sua totalidade, por receita com partes relacionadas.

(d) Despesas de pessoal

Despesas de pessoal referem-se a:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Proventos	215.330	162.657
Encargos	66.802	55.318

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais

Benefícios e treinamentos	22.778	19.336
Outros	2.980	-
Total	307.890	237.311

(e) Outras despesas administrativas

Outras despesas administrativas referem-se a:

	2018	2017
Serviços do sistema financeiro	29.874	18.394
Aluguel	19.077	18.209
Serviços técnicos especializados	8.585	10.973
Processamento de dados	8.547	8.066
Viagens	8.285	4.793
Serviços de terceiros	5.299	5.096
Depreciação e amortização	5.106	7.396
Comunicação, publicações, propaganda e publicidade	4.053	5.158
Seguros, vigilância e segurança	4.026	3.558
Materiais, manutenção e conservação de bens	3.849	4.046
Promoções e relações públicas	1.755	1.109
Outras despesas administrativas	10.250	6.104
Total	108.706	92.902

(f) Despesas tributárias

Despesas tributárias referem-se a:

	2018	2017
Despesas de impostos sobre serviços de qualquer natureza - ISS	31.124	19.047
Despesas de contribuição ao PIS e COFINS	25.990	16.948
Despesas tributárias - IOF	3	296
Outras contribuições	2.568	2.868
Total	59.685	39.159

(g) Outras receitas operacionais

Referem-se, substancialmente, à receitas de variação cambial sobre saldos a receber em moeda estrangeira no valor de R\$ 40.065 (2017 – R\$ 4.520) e ao reembolso de despesa decorrente do custo incorrido no desenvolvimento tecnológico de uso interno no montante de R\$ 6.971 (2017 – 7.897).

Em 31 de dezembro de 2017, refere-se ainda à recuperação de despesa originada pela contribuição do Banco (Instituidora) ao plano de previdência privada PGBL, em nome dos seus funcionários (participantes) que, em função do rompimento de vínculo antes do preenchimento das condições de elegibilidade ao benefício, a Instituidora passa a poder utilizar os recursos depositados para quitação de contribuições futuras, no montante de R\$ 5.554, e à atualização pela taxa Selic de tributos a recuperar no montante de R\$ 2.743.

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais

(h) Outras despesas operacionais

Referem-se, substancialmente, às despesas de variação cambial sobre saldos a pagar registrados em moeda estrangeira no valor de R\$ 33.342 (2017 – R\$ 12.586).

(i) Resultado não operacional

Em 31 de dezembro de 2017, refere-se, substancialmente, à receita decorrente da **(i)** locação de ativos, conforme descrito no “Instrumento Particular de Aluguel de Ativos”, firmado na data de 28 de junho de 2013, entre o Banco e a Goldman Sachs Asset Management Brasil Ltda. e Goldman Sachs Participações Ltda. (“partes relacionadas”), e **(ii)** sublocação de imóvel, conforme descrito nos “Instrumentos Particulares de Sublocação para fins não Residenciais”, firmados na data de 04 de fevereiro de 2013 entre o Banco e partes relacionadas, no montante de R\$ 789.

(j) Plano de benefícios a funcionários

Conforme Resolução CMN nº 4.424/2015, que regulamenta o registro contábil e a evidenciação de benefícios a empregados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, a Administração do Conglomerado, através de estudo técnico, verificou que não há passivo atuarial a ser reconhecido nos termos do referido Pronunciamento Técnico para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

25) Limites Operacionais

(a) Índice de Basileia e de imobilização

O Conglomerado adota a apuração dos limites operacionais de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, em conformidade com as diretrizes do BACEN.

Em 31 de dezembro de 2018, o índice de Basileia apurado de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil, com base no Conglomerado Prudencial é de 26,21% (2017 – 21,96%), sendo o Patrimônio de Referência de R\$ 1.725.839 (2017 – R\$ 1.544.577).

O índice de imobilização do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2018 é de 1,18% (2017 – 1,55%).

26) Eventos Subsequentes

No dia 06 de fevereiro de 2019, foi publicada decisão definitiva da Câmara Superior de Recursos Fiscais do CARF que negou seguimento ao Recurso Especial interposto pela Fazenda Nacional e confirmou o julgamento favorável ao Banco referente à autuação fiscal de PIS e COFINS sobre receitas decorrentes da incorporação de ações da Bovespa Holding S.A., referente ao item (a) da nota 24. O referido julgamento confirmou o cancelamento definitivo da autuação, que estava classificada como risco de perda possível.

* * *